

Editorial

A Revista *Avaliação* chega a seu 11º ano e à sua 39ª edição. São quase 4 centenas de textos sobre educação superior; especialmente, sobre avaliação da educação superior. Não há dúvida de que esta Revista vem cumprindo um papel importante nesta área, não somente para o Brasil, mas, também, de certo modo, para os demais países da América Latina. Neste início de 2006, a educação superior chega carregada de incertezas, indefinições, contradições e polêmicas; mas, também de muitas mudanças. O mesmo se pode dizer da avaliação da educação superior. Nas duas últimas décadas, sobretudo desde 1993, tem havido um grande desenvolvimento desta área de estudos e de prática, no mundo todo. No Brasil, muitas modalidades de avaliação da educação superior foram postas em prática, umas em relação às outras ora se opondo, ora se complementando: PAIUB, ENC, ACE, SINAES. Cada uma dessas modalidades tem seus defensores e seus críticos. Embora não haja unanimidade a respeito de qual seria a modalidade mais aceitável, é inegável que já se construiu uma importante caminhada na direção de uma cultura de avaliação. Hoje, questionam-se concepções, instrumentos, procedimentos avaliativos, mas não se negam a necessidade e a importância da avaliação.

Este número traz textos que tratam dos mais atuais problemas que atravessam nossa área de publicação. Alguns deles são problemas universais e se referem aos dilemas da educação superior no atual momento histórico. Para onde vai e para onde deve ir a educação superior, em razão das grandes transformações na economia e na sociedade em geral, diante de novas e fortes demandas de democratização e de desenvolvimento, em função dos novos modos de aprendizagem, de construção e apropriação do conhecimento? Quais os principais desafios que enfrenta o SINAES? Quais os acertos e os equívocos das políticas públicas relativamente à educação superior brasileira? As questões se multiplicam, as respostas são múltiplas, os consensos são poucos. Esta Revista, mais que consensos, incentiva a discussão, pois considera que o debate é fundamental para a construção de uma educação superior comprometida com uma sociedade democrática.

O primeiro texto é de um dos mais conhecidos estudiosos da educação superior no mundo: **Burton Clark**. A Revista *Avaliação* se sente honrada em poder trazer aos leitores este texto e agradece fortemente a Marília Morosini por nos ter possibilitado esta publicação em português. Clark defende a idéia de que as universidades, contando agora com parcos financiamentos públicos, devem se tornar empreendedoras, buscando em diversas fontes os recursos necessários para sua sobrevivência e seu desenvolvimento. Defende que é sempre muito melhor ter mais dinheiro que menos. Como não adianta ficar esperando mais dinheiro dos ministérios, é melhor que a universidade se mexa, crie os compromissos coletivos, e corra atrás dos recursos. O autor sugere três dinâmicas de mudança sustentadas: “reforço da interação entre elementos transformadores; momento perpétuo resultante do acúmulo constante de mudanças incrementais; e volição ambiciosa incorporada na universidade como compromisso coletivo e vontade institucional”. O leitor encontrará neste texto importantes elementos para aprofundar a discussão a respeito dos novos perfis da universidade do século XXI, que precisam assegurar suas mudanças contando com cada vez menos recursos do erário. Não necessariamente copiando os modelos das instituições estudadas no texto.

Wietse de Vries, Maria Guadalupe Moheno Padrón e José Francisco Romero Muñoz tratam da questão da acreditação no México. Segundo os autores, ocorre em muitos países a tendência de substituir a avaliação pela acreditação. Para além dos diagnósticos, a acreditação objetiva estabelecer quais os programas, cursos ou instituições serão reconhecidos formalmente e quais não. Consideram que, no México, ainda que haja avanços nessa questão, são muito grandes os problemas e as deficiências. Considerando que a maioria das instituições educativas (cerca de 85%) não apresentam boa qualidade, consideram que a acreditação não tem sido eficaz.

Francisco de Paula Marques Rodrigues propõe, em seu artigo, uma alternativa de reflexão a respeito de um critério de avaliação de cursos, fundamentado no rendimento acadêmico de alunos, com base em uma abordagem quali-quantitativa. A avaliação institucional deve detectar os problemas específicos de cada instituição ou curso e instaurar os mecanismos para superá-los. Um desses problemas é a evasão, correlacionada com o baixo rendimento acadêmico.

Karla Roberta B. de Oliveira e Wagner Bandeira Andriola, após apresentarem um rápido panorama histórico da avaliação da educação superior no Brasil, fazem um relato da avaliação institucional na Universidade Regional do Cariri. Apresentam os avanços e as dificuldades (falta de envolvimento da comunidade, falta de compreensão dos objetivos, expectativas imediatistas, descontinuidade etc), defendendo a idéia de que a avaliação deve não somente diagnosticar, mas também implementar esforços para que as limitações sejam vencidas.

Maria Elisa E. Carbonari trata dos desafios e das perspectivas que justificam a existência da Avaliação Institucional das Instituições de Ensino Superior. Tomou como base de suas análises uma experiência concreta desenvolvida em uma instituição que efetuou pesquisas de opinião com o objetivo de apontar o índice de satisfação da comunidade acadêmica. Para a autora, essa avaliação foi além do mero levantamento de dados e da função controladora e se realizou como uma avaliação participativa emancipatória. O texto analisa também as mudanças legais da avaliação - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), apresenta resultados, contradições e propostas de produção de uma cultura participativa de avaliação nas IES.

Raquel Cristina Ferraroni Sanches e Hélia Sônia Raphael discutem a importância de relacionar a avaliação institucional com o projeto político-pedagógico. As autoras consideram que a Avaliação Institucional tem importante papel na identificação dos fatores que interferem - favorável ou negativamente - na qualidade, oferecendo subsídios para a tomada de decisão, isto é, para a formulação de ações pedagógicas e administrativas que tenham essa finalidade.

Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira, Cassio Riedo, Fabrizio Marchese, Paulo Sergio Melo, Patrícia Trindade e Sueli da Luz, apresentam uma experiência de pesquisa colaborativa praticada pelo grupo interdisciplinar GEPES/FE/Unicamp. Os encontros regulares do grupo de pesquisa permitiram que todas as fases de discussão sobre aspectos curriculares da formação do professor universitário fossem ativas e participadas por todos os envolvidos. O texto apresenta a trajetória da construção coletiva de pesquisa e o exercício da produção desse grupo. Este artigo certamente contribui para esclarecer alguns aspectos das práticas de avaliação institucional como construção coletiva.

Maria de Fátima de Paula faz algumas reflexões críticas às propostas de democratização do acesso ao Ensino Superior do Governo Lula, com destaque para o PROUNI e a Política de Cotas. A seu ver, essas políticas dão continuidade à "lógica do modelo neoliberal". Para ela, a política de democratização do acesso valoriza mais os números de alunos incluídos que a formação de qualidade. Entende que as políticas de ação afirmativa empreendidas pelo Estado deveriam priorizar as classes menos favorecidas social e economicamente, independente da etnia. O tema aqui tratado tem sido objeto de muitas discussões, uns se posicionando a favor, outros se manifestando contrários às propostas do MEC. Vale a discussão.

Reiteramos o convite para que o leitor visite e ajude a construir o sítio da Revista *Avaliação*: www.revistaavaliacao.com.br. Neste momento, o sítio ainda está em fase experimental. Com a ajuda e as críticas dos leitores, será paulatinamente melhorado.

José Dias Sobrinho
Editor